

Entre monumentos e bandeiras: o patrimônio como operador de leitura**Corina Maria Rodrigues MOREIRA***

Resumo: Este artigo pretende refletir a respeito de algumas narrativas produzidas em torno de evento ocorrido em 2013 – um protesto realizado contra a Proposta de Emenda à Constituição/PEC 215, que prevê mudança de regras para a demarcação das terras indígenas no país –, durante o qual o Monumento às Bandeiras foi “pichado” e “pintado” na cidade de São Paulo. Para tanto, toma por referência a ideia de patrimônio como um operador de leitura, ou seja, um termo que possibilita a análise de determinado fenômeno social, colocando-se como eixo para o estabelecimento de relações entre as múltiplas dimensões que o conformam. Isto permite perceber como se expressaram, nesse evento, os processos de fabricação dos sentidos de lugar e de pertencimento e sua íntima relação com as dinâmicas do lembrar/esquecer, do identificar/diferenciar, do destacar/ocultar e das relações de poder que as caracterizam.

Palavras-chaves: Patrimônio. Espaço. Memória. Identidade.

Between monuments and flags: heritage as reading operator

Abstract: The article analyses some narratives regarding the 2013 protest against Constitution Amendment Proposition 215, which changes the demarcation of indigenous territories in Brazil, during which the Monument to the Flags (*Monumento às Bandeiras*) in São Paulo was “painted” and “tagged”. The idea of heritage as a reading operator is taken as a reference, as it works as an axis to the analyses of social phenomena, relating to each other their several dimensions. That enables us to understand how the processes of manufacturing the meanings of place and belonging were expressed, revealing their intimate relations with the dynamics of remembering/forgetting, identifying/differentiating, revealing/concealing and the power relations that characterizes them.

Keywords: Heritage. Space. Memory. Identity.

* Doutoranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Técnica em Ciências Sociais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Superintendência de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil. Rua Januária | N. 130 | Centro | CEP 30.110-055 | Belo Horizonte – MG.

1 Introdução

Saindo da Av. Paulista, marchamos em direção a essa estátua de pedra, chamada de Monumento às Bandeiras, que homenageia aqueles que nos massacraram no passado. Lá subimos com nossas faixas, e hasteamos um pano vermelho que representa o sangue dos nossos antepassados, que foi derramado pelos bandeirantes, dos quais os brancos parecem ter tanto orgulho. Alguns apoiadores não-indígenas entenderam a força do nosso ato simbólico, e pintaram com tinta vermelha o monumento. Apesar da crítica de alguns, as imagens publicadas nos jornais falam por si só: com esse gesto, eles nos ajudaram a transformar o corpo dessa obra ao menos por um dia. Ela deixou de ser pedra e sangrou. Deixou de ser um monumento em homenagem aos genocidas que dizimaram nosso povo e transformou-se em um monumento à nossa resistência. Ocupado por nossos guerreiros xondaro, por nossas mulheres e crianças, esse novo monumento tornou viva a bonita e sofrida história de nosso povo, dando um grito a todos que queiram ouvir: que cesse de uma vez por todas o derramamento de sangue indígena no país! Foi apenas nesse momento que esta estátua tornou-se um verdadeiro patrimônio público, pois deixou de servir apenas ao simbolismo colonizador das elites para dar voz a nós, indígenas, que somos a parcela originária da sociedade brasileira.
(Marcos Tupã)

Nada melhor que a ocorrência de um evento para fazer emergir, no debate público, temas que muitas vezes ficam restritos ao universo das pesquisas e reflexões acadêmicas, possibilitando o estabelecimento de pontes mais visíveis entre o conhecimento teórico e as dinâmicas sociais que se conformam como o esteio no qual esses saberes se constituem. A epígrafe acima relata um fato – um protesto realizado, em 2013, contra a Proposta de Emenda à Constituição/PEC 215,¹ que prevê a mudança de regras para a demarcação das terras indígenas no país, durante o qual o Monumento às Bandeiras, de Brecheret, foi “pichado” e “pintado” na cidade de São Paulo. Esse fato – e alguns de seus desdobramentos, que compõem aqui o que estou nominando como um evento – será o objeto tomado por referência para o desenvolvimento de uma análise que articula a tríade espaço/memória/identidade a partir de um operador de leitura – o patrimônio. Considero que este termo permite que alinhavemos alguns dos fios que compõem essa intrincada meada, nos dizendo dos processos de fabricação dos sentidos de lugar e de pertencimento – no caso aqui em destaque, um lugar de memória (NORA, 1993) instituído em torno de um monumento² – e de sua íntima relação com as dinâmicas do lembrar/esquecer, do identificar/diferenciar, do destacar/ocultar e das relações de poder que as caracterizam (POLLAK, 1989).

A noção de operador de leitura vincula-se de forma direta aos estudos literários, e sua definição neste campo diz de “[...] conceitos-chave para o desenvolvimento de uma análise e interpretação do texto narrativo pautada pela tradição dos estudos acadêmicos.”

(FRANCO JUNIOR, 2009, p. 33). Aproprio-me desta noção para dizer de um dado termo que, tomado como eixo de reflexão, nos possibilite a leitura de um determinado fenômeno social, colocando-se como referência para o estabelecimento de relações entre as múltiplas dimensões que o conformam. Além disso, parto das premissas de que o espaço é socialmente produzido (LEFEBVRE, 2013a; 2013b; BOURDIEU, 2013) e de que o patrimônio é um construto coletivo, uma produção narrativa³ orientada pela valoração e escolha, ou seja, também social e historicamente estabelecido (CARMAN, 2006; CHOAY, 2006; FONSECA, 2005; GONÇALVES, 1996; RUBINO, 1996) – ambos, portanto, imersos no mundo da política, em sua acepção mais ampla de práxis humana relacionada ao poder (BOBBIO, 1998). Partindo desses princípios e do evento indicado proponho, neste texto, suscitar algumas reflexões a respeito de como a ideia de patrimônio pode contribuir para pensarmos as relações entre espaço, memória e identidade e os processos de produção de significações para o espaço que conformam, no decorrer do tempo, os vínculos de pertencimento, identificação e diferenciação que marcam a vida social.

Para tanto, analiso os discursos veiculados na mídia impressa e on-line a respeito do referido evento, refletindo sobre como o patrimônio – objeto da disputa narrativa que aí se estabelece, mas também o conceito e sua polissemia – pode ser ressignificado por um ato e pelos discursos que ele motiva. O artigo está dividido em três seções, além desta introdução: na seção 2, abordo algumas questões referentes às relações entre espaço e memória, identificando o lugar que o patrimônio ocupa nessa relação; na seção 3, trato das relações entre patrimônio, lugar e esquecimento, destacando a constituição de bens patrimoniais como processos de fabricação; para finalizar, na seção 4, retomo o evento objeto de análise, com base nos recortes conceituais delineados, pensando como as rasuras impressas em um patrimônio podem não só ressignificá-lo, mas também trazer novos sentidos para a própria história da qual ele se coloca como semióforo.

2 Ocupar, significar, lembrar

A capacidade das pessoas de confundir as ordens espaciais estabelecidas, mediante movimentos físicos ou por meio de atos políticos e conceituais de reimaginação, significa que espaço e lugar nunca podem ser “dados”, e que o processo de sua construção sociopolítica deve sempre ser levado em consideração. Uma antropologia cujos objetos não são mais concebidos como automática e naturalmente ancorados no espaço precisará dar atenção especial ao modo como espaços e lugares são construídos, imaginados, contestados e impostos. (GUPTA; FERGUSON, 2000, p. 44).

Tomando por referência a reflexão proposta, gostaria de partir de uma problematização indicada por Gupta e Ferguson, expressa na epígrafe acima, quando dizem

que espaços e lugares são “construídos, imaginados, contestados e impostos”, ou seja, não são realidades prontas e acabadas, independentes das relações que neles, e com eles, se estabelecem. O espaço, assim, não está dado, não é “[...] uma grade neutra sobre a qual a diferença cultural, a memória histórica e a organização social são inscritas.” (GUPTA; FERGUSON, 2000, p. 32), mas expressa as relações de poder que o valorizam, recortam, significam e transformam. Ele está, portanto, em construção, configurando-se, ao mesmo tempo, como objeto e instrumento de disputa e também de agregação. Esta é a premissa da qual parto para pensarmos a produção de *sentidos de lugar* como processo de criação de significações para o espaço, as quais estão vinculadas ao compartilhamento de memórias e à conformação de laços de pertença e se constroem em dinâmicas que envolvem conflito e disputa, mas também diálogo e negociação. Pensar, portanto, os nexos existentes entre espaço, memória e identidade significa pensá-los contextualmente, no âmbito das estruturas e relações de poder que os conformam e são por eles conformadas, sempre atentos, no entanto, à “capacidade das pessoas de confundir as ordens espaciais estabelecidas”.

Mas, para pensar esses nexos, é preciso reconhecer que espaço, memória e identidade são termos que, além de contextuais, precisam ser lidos no plural e em diálogo com outra série de expressões que lhes dizem respeito, no sentido de que possamos fugir de sua essencialização e naturalização e os compreendamos, em sua dinamicidade e complexidade, como processos nos quais dominações são exercidas, valores estabelecidos e sentidos pactuados. Entre a série de expressões que dizem respeito às relações entre espaço, memória e identidade destacamos, no entanto, uma: o patrimônio, tomado em sua dimensão de construto coletivo que se refere a pensamentos e práticas afeitos a valoração, escolha, guarda, proteção de referentes materiais ou processuais⁴ que, em determinado momento, são imbuídos de significados relativos à memória e aos sentimentos de pertencimento a determinado lugar – material, físico e social. Mas por que o patrimônio?

Uma primeira possível resposta a essa questão diz respeito ao fato de que este é um termo que agrega, em sua própria conformação enquanto campo conceitual, a tríade espaço/memória/identidade, como amplamente abordado na bibliografia produzida sobre o tema (GONÇALVES, 1996; BIASE, 2001; DELGADO, 2005; CHOAY, 2006; POULOT, 2009; CHUVA, 2012; GUIMARÃES, 2012), o que pode ser sintetizado na afirmação “O patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas.”, constante no sítio eletrônico da representação da Unesco no Brasil,⁵ ou no próprio artigo da Constituição Brasileira de 1988 voltado à temática: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (Art. 216).

Ao destacar, no entanto, definições de *patrimônio*⁶ que remetem a instituições – como a Unesco – e a legislações – como a Constituição brasileira – quis já chamar a atenção para o fato de que, para além de sua dimensão teórico-conceitual, o patrimônio configura-se, também e, ao mesmo tempo, enquanto campo de práticas concretas que instrumentalizam as ideias de espaço, memória e identidade transformando-as, muitas vezes, em *políticas*. Institucionalizado há pelo menos dois séculos,⁷ esse campo se expressa, contemporaneamente, na ampliação dos objetos de patrimonialização e na disseminação de *políticas de preservação* em grande número de países do mundo,⁸ conformando certa “obsessão pelo patrimônio” (JEUDY, 2005), “sedução pela memória” (HUYSSSEN, 2000) ou “inflação patrimonial” (CHOAY, 2006) que assolaria os tempos atuais. Esta *profusão dos patrimônios* pode ser relacionada aos sentimentos de perda (GONÇALVES, 1996) que, já presentes no momento de formação do campo do patrimônio, no bojo da modernidade, aprofundam-se em um mundo em intenso processo de transformação, que pode ser sintetizado nos termos pós-modernidade e globalização (ABREU, 1988; BARREIRA, 2003; CARMAN, 2006; ZUKIN, 2000a; 2000b; GUPTA; FERGUSON, 2000; MASSEY, 2000). Assim é que:

O drama da modernidade, que se institui a partir da certeza de ruptura do presente para sempre descolado do passado (Hardman, 1992), instituidor das nações e das histórias nacionais, é também fundador das práticas de preservação do patrimônio cultural. O presentismo a que estamos submetidos na atualidade, quando, além do corte com o passado, também as conexões com o futuro estão rompidas pela falta de utopias, parece tornar esse drama eterno: o risco de se viver sem referências e sem perspectivas faz essa modernidade ser vivida na forma do drama e leva à produção de memórias em excesso, numa busca permanente de referências, laços, vínculos de identidade que apaziguem a existência do homem moderno. (CHUVA, 2012, p. 12).

Essa disseminação das práticas preservacionistas e a ampliação dos objetos de patrimonialização amplificam, no entanto, os riscos de naturalização e essencialização da ideia de *patrimônio cultural*, dificultando a percepção de que as ações de nomeação e proteção patrimonial se assentam, sempre, sobre julgamentos, opções e escolhas (CHAGAS, 2002; GONÇALVES, 1996), “iluminando” determinadas memórias, práticas e lugares e “ensombrecendo” outros (CARMAN, 2006). Desvelar o caráter construído e inventado do patrimônio, bem como sua inserção nas relações de poder, ajuda-nos a perceber que a valorização e o estabelecimento de objetos patrimoniais – sejam eles materiais ou intangíveis – como referências de memória, de identidade e de lugar podem ser vistos como operações sociais de nomeação, analisadas aqui como um rito de instituição, ou seja, um dos instrumentos de poder que contribui para a reprodução de um determinado

regime de dominação e que possibilita “[...] desconhecer como arbitrário e reconhecer como legítimo e natural *um limite arbitrário*” (BOURDIEU, 1996, p. 91-98, grifo do autor). Mas, como todo instrumento de poder, este também não é unilateral, pois que todo poder é relação, e se consubstancia nas rasuras que nela se imiscuem.

3 Patrimônio, lugar, esquecimento

[...] um estoque potencial de recursos patrimoniais (de referentes simbólicos) não constitui nenhum patrimônio a não ser que seja ativado por alguma versão ideológica de identidade. (María Carman,⁹ p. 141).

Pensando no processo de revitalização do bairro do Abasto, em Buenos Aires, e em sua transformação em espaço patrimonial – “[...] de que maneira se foi transformando ao Abasto [...] em um bairro histórico, nobre, digno de ser visitado.” (CARMAN, 2006, p. 135) –, a autora da epígrafe acima nos indica algumas perspectivas para pensar as relações entre espaço, memória e identidade sob o viés do patrimônio. Em primeiro lugar, o caráter de recorte, escolha, que caracteriza um processo de patrimonialização, e sua relação com as dinâmicas da identidade; em segundo lugar – relacionado à afirmação anterior e não menos importante –, a constituição de bens patrimoniais como processo de *fabricação*, de transformação de uma coisa em outra – de bairro ocupado por uma “população considerada indesejável” em bairro “histórico, nobre” –, seja com motivações econômicas, como no caso por ela analisado, ou ideológicas, como nas clássicas constituições dos patrimônios nacionais que marcaram a formação e consolidação dos Estados nacionais modernos (CHOAY, 2006; POULOT, 2009).

Transformar em patrimônio. Também as situações apresentadas por Biase (2001), Delgado (2005) e Barreira (2003) explicitam, para contextos e com motivações diferenciados, como a mobilização da memória e da identidade – de determinadas memórias e determinadas identidades – é utilizada na criação de *sentidos de lugar* a partir da transformação de alguns referentes em bens patrimoniais, e como esse processo se pauta pelo conflito e pela negociação de valores e sentidos. Assim é que se constitui, por exemplo, o “[...] processo de invenção de Goiás como uma cidade histórica e turística.” (DELGADO, 2005, p. 114) ou a “chamada ‘invenção das tradições’, em Fortaleza” (BARREIRA, 2003, p. 321), bem como “A aprendizagem deste orgulho pelas velhas pedras [...]” (BIASE, 2001, p. 176) observada no Caminho das Pedras, em Bento Gonçalves (RS). Invenção, ficções, cópia, seleção são palavras que povoam, desse modo, essas reflexões sobre os processos de *fabricação* de bens patrimoniais, o que não significa dizer, no entanto, que são processos que não possuem veracidade – no sentido de se constituírem

com base em referentes disponíveis no universo de significações dos grupos envolvidos nessas situações e de serem por eles apropriados, de diferentes formas e com motivações diversas, fazendo parte de seu cotidiano. O que se discute aqui, portanto, não é o valor de autenticidade desses processos e dos bens patrimoniais que deles emergem,¹⁰ mas a necessidade de que percebamos que eles não são dados, constituindo-se como artefatos criados a partir do olhar que se lança sobre o universo no qual se inserem e imiscuídos das relações de poder e de interesse que os caracterizam – como a epígrafe que abre este texto indica de forma exemplar. E é nesse sentido que podemos dizer, também, que espaço e identidade são inventados, transformados em lugar e em pertencimento pela mobilização de recursos patrimoniais disponíveis em determinados contextos socioculturais, potencializados pelos discursos da memória.

Ainda tomando por referência as perspectivas apontadas por Carman (2006), penso ser significativo destacar o papel que os agenciamentos entre presente e passado possuem nesses “[...] jogos de reconhecimento [que] se expressam e se originam, justamente, em relações de poder.” (p. 156) e que caracterizam os processos de invenção de patrimônios, lugares, identidades e diferenças. Na medida em que diversas temporalidades convivem em um mesmo espaço, e que o passado também não é um dado, mas um emaranhado de acontecimentos e transcurso ao qual atribuímos sentido – nas dinâmicas do lembrar e do esquecer que conformam nossa memória –, lançar luz sobre determinados referentes do tempo passado, alçando-os à categoria de patrimônios é, ao mesmo tempo, manter outros obscurecidos¹¹ e produzir narrativas que “[...] aparecem como coletivamente construídas, embora sejam objeto permanente de disputas simbólicas que revelam interesses de diferentes atores sociais.” (BARREIRA, 2003, p. 315). Forjam-se, assim, no presente e nas questões e conflitos que ele nos propõe (LE GOFF, 1984; NORA, 1993), as escolhas que dão sustentação aos sentidos de continuidade e/ou de ruptura que referenciam os processos de produção identitária – processos nos quais a criação de *lugares de memória* (NORA, 1993) e de bens patrimoniais possuem posição destacada –, tendo em vista que “O passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade.” (ABREU, 1998, p. 79). É assim que, conforme avalia o autor:

[os lugares de memória] são utilizados como objetos-sinais (Palumbo, 2000, p. 36) inscritos dentro de um campo físico, uma nação, uma região, uma cidade ou um bairro e como elementos de estratégias retóricas, de ficções, por intermédio dos quais coloca-se em cena e modela-se o tempo, a memória, a história e a identidade. Esses lugares de memória nos falam, não somente do passado mas, ainda mais, eles justificam e confirmam o tempo presente. (AUGÉ, 1989, p. 3-12).

4 Patrimônios esgarçados

Como afirmei no início deste artigo, a ocorrência de um evento pode contribuir para fazer emergir, no debate público, reflexões que pouco participam do nosso cotidiano, no caso aqui em análise se constituindo como possível hiato, como uma fissura na pretensa linearidade de sentidos que envolvem a produção de narrativas patrimoniais, mobilizadas pelas dinâmicas do identificar/diferenciar, lembrar/ocultar, falar/silenciar que configuram esse processo. Assim é que uma “estátua de pedra, chamada de Monumento às Bandeiras”, ao ser pintada de vermelho, “deixou de ser pedra e sangrou”, abrindo a possibilidade para a produção de uma narrativa outra, legitimada no registro da resistência ao esquecimento que se tenta impor: “Deixou de ser um monumento em homenagem aos genocidas que dizimaram nosso povo e transformou-se em um monumento à nossa resistência.”

Encomendado ao artista Victor Brecheret como parte das comemorações do centenário da Independência, nos anos 1920, o Monumento às Bandeiras foi inaugurado somente três décadas depois, no contexto das comemorações do IV centenário da cidade de São Paulo, em 1953. Importante referência para a consolidação da chamada “mitologia bandeirante” – “[...] o conjunto de narrativas e tradições referentes à imagem do bandeirante enquanto fundador da nacionalidade e enquanto símbolo do paulista.” (SOUZA, 2007, p. 151) –, esse monumento se junta a outros marcadores que pretendem a exaltação deste personagem coletivo como o herói desbravador e civilizador do território (ZIMOVSKI, 2017). Podemos, assim, encontrar logradouros públicos como Avenida dos Bandeirantes, Rodovia Raposo Tavares, Rodovia Fernão Dias, Rodovia Anhanguera e, até mesmo, a sede do governo estadual paulista – o Palácio dos Bandeirantes –, além de outras esculturas presentes na cidade de São Paulo, como as estátuas de Borba Gato e de Anhanguera, que contribuem para perpetuar esta imagem.¹²

Mas se, como afirmado anteriormente, iluminar determinadas memórias acaba por ensombrecer outras, no caso do Monumento às Bandeiras as “memórias subterrâneas” (POLLACK, 1989) ou os “aspectos inconvenientes” (BUTZONITCH, 2009, p. 22) – a memória dos massacres, violências, expropriações a que as populações nativas do território colonizado estiveram sujeitas não só, mas também e de forma extrema, sob o jugo do bandeirismo – por vezes irrompem de modo emblemático na *urbe*, lugar que, de certa forma, pode ser considerado pleno de esquecimento do indígena. Essa irrupção fala, entretanto, de uma memória viva, atualizada em cada massacre, violência e expropriação que ocorre com os indígenas ainda hoje, e em cada ato de resistência que, no presente, ilumina o que a *imagem do bandeirante herói* se esforça por obscurecer. Assim, é como irrupção dessas “memórias subterrâneas” e como expressão de narrativas em disputa que busco ler o

evento aqui abordado, tendo o patrimônio por eixo que possibilita perceber como memórias e identidades, assim como “[...] espaços e lugares são construídos, imaginados, contestados e impostos.” (GUPTA; FERGUSON, 2000, p. 44).

O evento, no entanto, não se reduz ao (f)ato da pichação/pintura do Monumento:¹³ ele se constrói no contexto do qual participa – uma manifestação política – e nas repercussões que gera, das quais fazem parte a própria carta (TUPÃ, 2013) de onde foi extraída a epígrafe que abre este texto, bem como as diversas matérias jornalísticas (Anexo A) que noticiaram o fato, em geral sob o viés da crítica à depredação de um monumento, com algumas raras exceções (CUNHA, 2013). Desse evento, em que diferentes narrativas entram em contato, contrapondo-se e/ou complementando-se, emerge o patrimônio – o objeto da disputa narrativa que se estabelece, mas também o conceito e sua polissemia: a estátua, que ainda que rasurada se mantém como referência de memória, não tendo questionado seu caráter patrimonial, e sua dimensão pública, resignificada por um ato e pelos discursos que motiva. Entre o “vandalismo ao patrimônio público”¹⁴ e o patrimônio tornar-se “verdadeiramente público, pois deixou de servir apenas ao simbolismo colonizador das elites para dar voz a nós indígenas”, um amplo leque de memórias, sentidos e reconhecimentos é posto em diálogo – e em confronto –, provocando novos olhares sobre o objeto-estátua tomado como semióforo da história nacional e indicando a possibilidade de que quem vê esse objeto, hoje, não o veja mais com os mesmos olhos de antes do evento.

Mas, será que não mesmo? Lanço esta pergunta – para finalizar com uma breve digressão para possíveis futuras reflexões – levando em consideração nova intervenção realizada no monumento aqui em foco, ocorrida no final de setembro de 2016. Mais uma vez pintado de vermelho – e além do Monumento às Bandeiras, também a estátua de Borba Gato, localizada em outro ponto da cidade de São Paulo –, dessa vez, no entanto, nenhum manifesto foi associado a essa nova intervenção, a repercussão do fato (na internet) parece ter sido mais restrita que a anterior e ele foi tratado, nos meios em que ganhou espaço, quase exclusivamente¹⁵ sob o recorte do vandalismo e do crime. Terá este patrimônio já incorporado as novas vozes que lhe foram imputadas naquele primeiro evento, suas rasuras, não sendo mais necessário expressá-las? Ou teria ele retomado seu pretense tom monocórdico, ressilenciando seus significados outros? O que se oculta, o que se lembra, o que se reconhece, o que se diferencia, neste momento? Sem respostas para estas questões, encerro com uma inquietação, expressa ainda em princípios do século XX, por Walter Benjamin, que remeto aqui àqueles que se interessam pelos meandros que conformam os pensamentos e ações voltados ao patrimônio e às suas possibilidades como eixo de leitura para as relações entre espaço, memória e identidade: “[...] também os mortos

não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.” (BENJAMIN, 1987b, p. 224-225).

Recebido em: 23/01/2018

Aprovado em: 23/04/2018

NOTAS

1 Proposta de Emenda Constitucional n. 215/2000 - Acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º, ambos no art. 231, da Constituição Federal. Esta proposta “Inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei.” (SÁ, 2000, s.p.)

2 Não intento, aqui, problematizar a ideia de monumento, tema já abordado por vasta bibliografia, da qual cito, apenas a título de exemplo, duas obras que são importantes referenciais para a discussão aqui proposta: Le Goff (1996) e Choay (2006).

3 Quando falo do patrimônio como narrativa, quero dizer de sua percepção como o resultado de processos de recorte, escolha e produção discursiva que transformam uma determinada expressão de cultura, material ou processual, em objeto patrimonial. Destaco que o conceito de narrativa tem forte presença no âmbito da teoria literária e dos estudos linguísticos, mas não se restringe a este campo de saber, trazendo contribuições significativas para as ciências sociais e para a historiografia, por exemplo. A esse respeito ver Benjamin (1987a), Lyotard (1988), Burke (1992).

4 Estou chamando aqui de “referentes processuais” aqueles abrangidos pelo que é conhecido como patrimônio imaterial, tendo em vista o caráter dinâmico e vivo que os caracteriza, o que os costuma diferenciar dos bens patrimoniais edificados (CORÁ, 2014).

5 <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/cultural-heritage/>.

6 Aqui já com o epíteto “cultural”, o que acrescenta ao termo uma distinção da versão jurídico-econômico-familiar que marca sua formação etimológica (CHOAY, 2006; POULOT, 2009; BUTZONITCH, 2009).

7 Não é objetivo deste texto discorrer sobre uma “história do patrimônio”, bastando-nos aqui lembrar que as concepções e práticas de patrimônio, que em grande medida ainda orientam as reflexões nesse campo, tiveram suas origens no contexto da Revolução Francesa e da consolidação dos Estados Nacionais, a partir de fins do século XVIII (CHOAY, 2006).

8 Atualmente, mais de 190 países são signatários da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, estabelecida pela Unesco em 1972, e se em seus primórdios as políticas preservacionistas voltavam-se exclusivamente para a proteção de bens culturais materiais, com destaque para o chamado patrimônio edificado, hoje elas dizem respeito, também, aos chamados bens culturais imateriais.

9 Todas as traduções de Carman (2006) são de minha autoria.

10 Apesar de não ser foco destas reflexões, há que se destacar o peso da noção de autenticidade no âmbito das concepções e práticas afeitas ao patrimônio cultural. A esse respeito, ver Gonçalves (1996).

11 Para empregar aqui as metáforas do claro/escuro utilizadas pela própria Carman (2006).

12 As homenagens aos bandeirantes não se restringem à cidade e ao estado de São Paulo, nem às estátuas e nomes de ruas e rodovias: podemos encontrar desde empresas de telecomunicações – Rede Bandeirantes e TV Anhanguera (afiliada da Rede Globo em Goiás e Tocantins) –; museus, como a Casa de Borba Gato, localizada na cidade de Sabará/MG e o Museu Casa do Bandeirante, em São Paulo; o nome de um município – Bandeirantes (MT); até o nome de um refresco (Coca-Cola Refrescos Bandeirantes) e de uma seção estadual da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/PR.

Destaque-se, ainda, a existência de uma efeméride nacional, o Dia do Bandeirante, comemorado em 14 de novembro.

13 Que até se constitui de dois momentos distintos e subsequentes: na manhã do dia 02 de outubro de 2013, o Monumento às Bandeiras amanhece com os dizeres “PEC 215 Não”, e no dia seguinte é pintado de vermelho pelos grupos indígenas que ali se manifestavam contra o mesmo projeto legislativo. Mas antes disso, em 2012, o Monumento já havia sido alvo de intervenções: as unhas do pé de um dos bandeirantes foram pintadas com giz de cera, em azul, e, em outro momento, nesse mesmo ano, foram colocadas orelhas de burro nos seus cavalos.

14 Discurso que pode ser verificado pela consulta aos títulos de algumas notícias veiculadas na época (ver Anexo A).

15 A única fala dissonante que encontrei, no momento desse segundo evento, veio do Blog do Sakamoto, em texto com o título de “Ao invés de pichar, que tal remover as homenagens aos bandeirantes em SP?”. Disponível em: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/09/30/ao-inves-de-pichar-que-tal-remover-as-homenagens-aos-bandeirantes-em-sp/>. Acesso em: 01 out. 2016.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras: Geografia*, Porto, n. 19, p. 77-97, 1998. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2015.

BARREIRA, Irllys. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 9, p. 314-339, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n9/n9a11.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.

BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas. v.1. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987a. p. 197-221.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987b. p. 222-232.

BIASE, Alessia. Ficções arquitetônicas para a construção da identidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 07, n. 16, p. 173-188, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v7n16/v7n16a10.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2015.

BOBBIO, Norberto. Política. _____.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 11.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. p. 954-962.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: _____. (Org.). *A escrita da história*. Novas perspectivas. São Paulo: Ed. Unesp, 1992. p. 327-348.

BUTZONITCH, Mariano Marcos Andrade. Poder, patrimônio y democracia. *Andamios*, México, v. 6, n. 12, p.11-40, dez.2009. Disponível em:

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-00632009000300002. Acesso em 10 maio 2017.

CARMAN, María. *Las trampas de la cultura*. Los “intrusos” y los nuevos usos del barrio de Gardel. Buenos Aires: Paidós, 2006.

CHAGAS, Mário. Cultura, patrimônio e memória. *Educação, Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 31, p. 15-29, jan./jun. 2002.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2006.

CHUVA, Márcia. Introdução. História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 11-24, 2012.

CORÁ, Maria Amelia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v.48, n. 5, p.1093-1112, set./out. 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/33331>. Acesso em: 19 maio 2017.

CUNHA, Guilherme Leite. Sobre a morte das estátuas. *Rede Brasil Atual*, 07/10/2013. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2013/10/sobre-a-morte-das-estatuas-8540.html>. Acesso em: 09 out. 2016.

DELGADO, Andréa Ferreira. Goiás: a invenção da cidade “Patrimônio da Humanidade”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 113-143, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a07v1123.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

FRANCO JUNIOR, Arnaldo. Operadores de leitura da narrativa. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009. p. 33-58.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/IPHAN, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 91-111, 2012.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “Cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000. p. 30-49.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013a.

_____. Prefácio. A produção do espaço. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 123-132, 2013b.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. V. 1. *Memória-História*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 11-50.

_____. Monumento-Documento. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 1996. p. 535-553.

LYOTARD, Jean-François. Pragmática do saber narrativo; A função narrativa e a legitimação do saber. In: LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988. p. 35-43; 51-57.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papius, 2000. p. 176-185.

MOURA, Irene Barbosa de. O monumento e a cidade. A obra de Brecheret na dinâmica urbana. *Cordis. História, Arte e Cidades*, São Paulo, n. 6, p. 77-93, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/10294>. Acesso em: 10 out. 2017.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. Séculos XVIII-XXI. Do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 24, p. 97-105, 1996.

SÁ, Almir et al. *Proposta de Emenda Constitucional nº 215, de 28 de março de 2000*. Acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231, da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14562>

SOUZA, Ricardo Luiz. A mitologia bandeirante: construção e sentidos. *História Social*, Campinas/SP, n. 13, p. 151-171, 2007. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/215>. Acesso em: 30 out. 2017.

TUPÃ, Marcos dos Santos. Monumento à resistência do povo guarani. In: “Monumento às Bandeiras homenageia aqueles que nos massacraram”, diz liderança indígena. *Revista Fórum*, 05/10/2013. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2013/10/05/monumento-as-bandeiras-homenageia-genocidas-que-dizimaram-nosso-povo-diz-lideranca-indigena/>. Acesso em: 03 out. 2016.

ZIMOVSKI, Adauany Pieve. Bandeirantes assassinos. Representação e invisibilidade. *Pixo*. Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, Pelotas/RS, v. 1, n. 1, p. 129-137, outono 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/10752>. Acesso em: 28 out. 2017.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000a. p. 80-103.

_____. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000b. p. 104-115.

ANEXO A – MATÉRIAS JORNALÍSTICAS CONSULTADAS

Referentes a 2013

Após pichação, manifestantes jogam tinta em monumento de SP. Folha Uol, 02/10/2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/10/1350998-apos-pichacao-manifestantes-jogam-tinta-em-monumento-de-sp.shtml>. Acesso em: 01 out. 2016.

Manifestantes jogam tinta e picham o Monumento às Bandeiras. G1, 02/10/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/manifestantes-jogam-tinta-vermelha-no-monumento-bandeiras.html>. Acesso em: 08 out. 2016.

Monumento às Bandeiras é pichado com frase contra PEC 215. G1, 02/10/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/monumento-bandeiras-e-pichado-com-frase-contra-pec-215.html>. Acesso em: 05 out. 2016.

Monumento às Bandeiras é pichado em protesto. Estadão, 02/10/2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,monumento-as-bandeiras-e-pichado-em-protesto,1081307>. Acesso em: 10 out. 2016.

Monumento às Bandeiras é pichado 2 vezes em 24h. Estadão, 03/10/2013. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,monumento-as-bandeiras-e-pichado-2-vezes-em-24h,1081350>. Acesso em: 15 out. 2016.

Na rota dos protestos, Monumento às Bandeiras vira alvo de pichações. G1, 03/10/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/na-rota-dos-protestos-monumento-bandeiras-vira-alvo-de-pichacoes.html>. Acesso em: 08 out. 2016.

O que está por trás do protesto contra os bandeirantes em São Paulo. Diário do Centro do Mundo, 10/10/2013. Disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-justo-protesto-contra-os-bandeirantes-em-sao-paulo/>. Acesso em: 10 out. 2016.

Referentes a 2016

Monumentos amanhecem pichados com tinta colorida em SP. G1, 30/09/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/09/monumentos-amanhecem-pichados-com-tinta-colorida-em-sp.html>. Acesso em: 30 set. 2016.

Estátua do Borba Gato e Monumento às Bandeiras são 'pichados' em SP. Folha Uol, 30/09/2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1818322-estatua-do-borba-gato-e-monumento-as-bandeiras-sao-pichados-em-sp.shtml>. Acesso em: 03 out. 2016.

Polícia procura vídeos da ação de pichadores em monumentos em SP. G1, 30/09/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/09/policia-procura-videos-que-mostrem-acao-dos-pichadores-em-monumentos.html>. Acesso em: 02 out. 2016.

Câmera registra casal pichando o Monumento às Bandeiras, em SP. G1, 30/09/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/09/camera-registra-casal-pichando-o-monumento-bandeiras-em-sp.html>. Acesso em: 02 out. 2016.

Monumentos amanhecem pichados em São Paulo. Veja, 30/09/2016. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/monumentos-amanhecem-pichados-em-sao-paulo/>. Acesso em: 01 out. 2016.

Polícia Civil busca responsáveis por jogarem tinta em monumentos em São Paulo. Agência Brasil, 30/09/2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/policia-civil-busca-responsaveis-por-jogarem-tinta-em-monumentos-em-sao-paulo>. Acesso em: 04 out. 2016.

Outras matérias

OLIVEIRA, Regiane. Por que nos importamos com símbolos escravagistas dos EUA e ignoramos os do Brasil? *El País Brasil*, 04/09/2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/02/politica/1504310652_774711.html. Acesso em: 20 set. 2017.

PAIVA, Marcelo Rubens. Bandeirantes assassinos. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 04 out. 2013, Blogs. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/blogs/marcelo-rubens-paiva/bandeirantes-assassinos/>. Acesso em: 02 out. 2016.